

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 200 ANOS DEPOIS POR JOÃO PAULO PIMENTA.



Capa do Livro: PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2022.

André Vinício Bialeski Vieira Estudante de Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC). Atua como bolsista de Iniciação Científica no projeto "A Guerra do Contestado no ensino de história do Brasil: memória, história e conflitos", sob orientação do professor Dr. Rogério Rosa Rodrigues.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 200 ANOS DEPOIS POR JOÃO PAULO PIMENTA.

André Vinicio Bialeski Vieira

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

"Independência do Brasil" é um livro escrito pelo professor Dr. João Paulo Pimenta, publicado pela editora Contexto, que faz parte da coleção "História na Universidade". A obra foi publicada em 2022, ano marcado pelo ducentésimo aniversário da Independência do Brasil, comemoração que mobiliza uma grande parte da população brasileira devido à popularidade desta data.

Sobre a estrutura do livro, divide-se em 5 partes, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo é intitulado como "O Brasil e o mundo há 200 anos" e busca apresentar ao leitor o período pré-independência, introduzindo as reformas sociais advindas com o Iluminismo Português e o período de Revoluções do século XVIII e XIX, de forma a explicitar como esse contexto influenciou a colônia portuguesa. O seguinte, denominado como "Guerras européias, conflitos americanos", busca discutir a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas e como essas influenciaram na vinda da família real portuguesa para a colônia portuguesa americana. Após isso, vem o texto "Preparação e a viabilização da Independência" que apresenta os processos pré-independência que possibilitaram o movimento de ruptura, a exemplo da "Revolução do Porto" que levou a família real de volta para a Europa e da liberdade de imprensa na colônia, o que possibilitou o desenvolvimento de jornais que defendessem o movimento em oposição. O penúltimo capítulo, "A consolidação da independência", apresenta as disputas no em torno da independência, diante de diversos projetos de futuro para o país recém fundado. A apresentação da consolidação do processo de independência é realizada por meio de exposições sobre o desenvolvimento do aparato jurídico, político e do desenvolvimento das questões do imaginário nacional a partir das quais

o Brasil se constituiu naquele momento. Por fim, "Historiografia e Memória da Independência" apresenta um resumo sobre as produções historiográficas referentes ao período discutido no livro, a memória acerca desse episódio histórico e seus usos principalmente pelos grupos sociais não acadêmicos, por meio de pinturas como "Independência ou morte" (1888) de Pedro Américo.

Sendo assim, um dos principais argumentos do autor sobre o processo de Independência do Brasil é que este se localiza no período da "Era das Revoluções", termo desenvolvido pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-1912), que tem o recorte temporal de 1789-1848. Esse período teria por marca uma série de convulsões políticas e sociais que desafiaram as estruturas políticas predominantes (HOBSBAWM, 2016). Com esse destaque, nota-se que o autor, ao analisar a independência, não a compreende enquanto um fato isolado, mas que se encontra em um período da história marcado por uma série de agitações sociais que levaram a uma série de mudanças no mundo dos séculos XVIII e XIX. Desse modo, a obra ressalta a conexão desse episódio com o mundo externo da América Portuguesa. O autor compreende que esse é um período de revoluções não apenas na Europa, mas também na América, tendo em vista que outras colônias promoveram processos de independência.

Contudo, a análise do autor também ressalta sobre os processos internos que contribuíram para a ruptura entre colônia e metrópole. A insatisfação das elites econômicas coloniais com as questões de impostos, a vinda da família real portuguesa para a colônia, o retorno para Portugal e a série de levantes contra a monarquia, como a Revolução Pernambucana, são destaques das questões internas que fomentaram o movimento independentista do século XIX na América Portuguesa. Assim, Pimenta busca um equilíbrio ao analisar o processo de independência, considerando tanto os fatores internos quanto os externos à colônia.

O livro ressalta que a independência é marcada por violência. Um dos motivos que levaram a isso foi a busca pela construção de uma unidade política. Nem todos que viviam na colônia desejavam a independência: para muitos, a relação metrópole/colônia se fazia benéfica. A não aceitação da ruptura por parte de Portugal e por determinados setores sociais e políticos levou a uma série de guerras na colônia. Embora esses conflitos não se façam

presentes na narrativa predominante sobre a Independência do Brasil, em que posteriormente as narrativas “oficiais” buscaram afirmar que foi um processo pacífico, o autor apresenta que essas mobilizações foram essenciais para que se fosse construído não apenas uma unidade política, mas também uma unidade nacional. Assim, conforme o desejo de determinados setores sociais, a narrativa predominante sobre esse episódio da história do país é moldada e reafirmada a partir de apagamentos em relação às guerras e os sujeitos que morreram no processo de construção da nação do Brasil em relação à metrópole. Como apresentado por Araújo e Santos (2007, p.97) um indivíduo não tem como isoladamente controlar as memórias no em torno do passado: essa é resultado de interações entre grupos que acabam por gerar as lembranças individuais. Com isso, a narrativa popular sobre o processo de independência é constituída por apagamentos das questões de conflitos e violência, pois, quando se iniciou os processos de narrativa acerca do episódio abordado no texto, buscou-se apresentar que esse processo foi pacífico e não violento, de forma a tornar o Brasil superior aqueles países que passaram por guerras.

Porém, cabe aqui destacar que esse conflito foi violento, pois “a despeito dessa versão idílica, a história do Brasil seguiu sendo uma estrutura recheada de eventos violentos, assentada em estruturas - a desigualdade social, o racismo - também violentas.” (PIMENTA, 2022, p.104). Dessa forma, destaca o autor que o país recém “nascido” estruturou-se em um processo de desigualdade social que, além de permitir a existência da escravidão, intensificou o fluxo do tráfico e o número de pessoas escravizadas. Embora essa seja uma narrativa buscada pela memória popular, essa é uma situação notada por outros pesquisadores sobre o processo de Independência. Magnoli (2003) identifica que a presença dos proprietários de escravizados na construção da nova nação levou à manutenção e intensificação de um sistema de exploração da mão de obra de africanos e afro-descendentes, sendo esse fator o que sustentou o Império do Brasil (1822-1889). Os efeitos desse sistema violento e que desumanizou esses sujeitos são questões que, mesmo após a declaração da ilegalidade da escravização, fazem-se sentir no Brasil do século XXI.

O ponto ápice da obra consiste na discussão dos usos da memória no em torno desse período. Embora a data instituída pelo Estado com o intuito de se comemorar esse episódio

seja o famoso 7 de setembro, para o autor essa data não é tão marcante para o processo de independência se comparado ao 12 de outubro:

Ocorrido um mês depois, a aclamação de D. Pedro I como imperador em 12 de outubro foi, para todos os efeitos, muito mais impactante para a consolidação da independência do que os fatos de 7 de setembro. Nessa época, a aclamação de um novo monarca era um evento de grande importância, pois não apenas oficializava a sucessão dinástica como apresentava formalmente ao conjunto do “corpo” social, a sua nova “cabeça”. [...] No entanto, em 12 de outubro de 1822, não se tratava apenas de continuidade e reforço de uma ordem, em meio a esses componentes e por mais incongruentes que isso possa parecer, tratava-se igualmente da afirmação de uma nova ordem (PIMENTA, 2022, p.97)

Entretanto, embora tenha sido menos impactante, 7 de setembro é a data marcada e lembrada. É essa que virou feriado, inspirou quadros e virou tema de produções audiovisuais. É ela que tem um caráter popular que movimenta o país através de eventos como o das marchas de estudantes e dá nome às ruas. (TROUILLO, 2016, p.188) debate que isolar uma data em relação às outras é o que leva ao surgimento do fato histórico. O 7 de setembro se constitui como um marco importante devido ao seu isolamento. É isolando, destacando-o nos calendários que acaba surgindo o fato histórico, que nessa data é entendido como a Independência do Brasil. É devido a isso que esse feriado tem um caráter de apelo popular, marcado pelas disputas não apenas de memórias, mas também de projetos políticos pessoais e golpistas como os ocorridos durante o ano de 1972, pela Ditadura Militar (1964-1985), durante as comemorações do centésimo quinquagésimo aniversário da Independência do Brasil. O ciclo de comemorações em torno dessa data para Trouillot (2016, p.187-188) é um meio pelo qual, além de relembrar esse episódio, busca comprovar o acontecimento da independência do Brasil. Conforme essa data é destacada anualmente, mais ela parece viva e de fato ter acontecido: a certeza da veracidade histórica do 7 de setembro é reafirmada por sua constante repetição a cada ano.

Nesse jogo de memória sobre o nascimento da nação brasileira, o 7 de setembro não é o único marco que busca afirmar a origem. No último capítulo, ao apresentar sobre os discursos historiográficos e a memória no em torno da história da independência do Brasil, o autor nos mostra que esse é um tema que passa por “[...] permanente articulação entre conhecimento do passado, interesse do presente e projeções de futuro que, em nosso país, sempre tiveram na independência um tema central” (PIMENTA, 2022, p.130). Desse modo, o

autor buscou ao longo do texto refletir sobre como esse processo continua vivo para além das datas comemorativas. Os símbolos nacionais, os nomes de ruas, os feriados, o hino nacional dentre muitas outras coisas são resultados desse tempo, constitui, a presentificação desse passado. Embora tenha se passado 200 anos que o Brasil iniciou seu processo de ruptura com Portugal, após todo esse tempo esse episódio se mantém vivo na contemporaneidade e é por isso que se faz tão necessário estudar e refletir sobre esse evento.

Embora as nações sejam “Comunidades Imaginadas” conforme defendido por Benedict Anderson (2008), resultado de uma ficção montada por meio de um sistema de imprensa resultado do capitalismo editorial que fomenta a unificação da língua nacional e com isso desenvolve a narrativa de uma história em comum dos sujeitos que compõem a nação, Pimenta mostra que a ficção da nação brasileira conseguiu se solidificar a ponto de ser real para todos aqueles que nascem no atual território do Brasil. Por meio de um processo de aprendizagem que vai da escola às mídias, os brasileiros e brasileiras conseguem se identificar e conhecer diversos sujeitos que na memória popular foram importantes para o processo de Independência como Dom Pedro I, José Bonifácio ou Leopoldina.

Fora isso, a ideia de um dever com aqueles que lutaram para a manutenção e consolidação da nação a ponto de dedicar a sua vida a isso, às vezes se faz vivo no presente na memória nacional, como vemos nos trechos do hino nacional brasileiro “Verás que um filho teu não foge à luta/ Nem teme, quem te adora, a própria morte” ou na história no em torno de figuras que se foram, mas lutaram pela autonomia do país em momento de crises como a Guerra do Paraguai (1864-1870) ou por aqueles que lutaram na defesa da democracia em oposição a movimentos de ditadura no Brasil como por exemplo as “Diretas já” (1983-1984). Esses episódios apresentados mostram como o discurso nacional se pauta em uma dívida com os mortos, tendo em vista que esses lutaram para a existência e a consolidação da nação (ANDERSON, 2008) e, devido a isso, deve-se lutar na defesa das conquistas desses.

Portanto, na busca desse exercício de estudo e reflexão sobre esse processo, a obra “Independência do Brasil” é um material rico, construído com uma escrita leve e acessível, que traz provocações sobre como esse episódio da história do país se faz vivo e importante mesmo após 200 anos e como se é tão importante não apenas para os estudantes e professores de história, mas para a sociedade como um todo, ficarem atentos não apenas aos estudos

acerca desse período, mas também às disputas de memórias no em torno desse. Com isso, fica aqui o convite para a leitura desse texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. 37.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MAGNOLI, Demetrio. O Estado em busca de seu território. In: JANCSÓ, István. **Brasil**: a formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016.

Artigo recebido em jan.2022. Aprovado em mar. 2022.